



**PARECER PRÉVIO Nº 4/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11574/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Sr. Antonio Roque Longo - Prefeito Municipal de Apuí
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8136/2022-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2020.

Emissão de Parecer Prévio recomendando a aprovação das contas anuais.

**10- PARECER PRÉVIO:**

**O TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO AMAZONAS**, no uso de suas atribuições constitucionais e legais (art. 31, §§ 1º e 2º, da Constituição Federal, c/c art.127, parágrafos 4º, 5º e 7º, da Constituição Estadual, com redação da Emenda Constituição nº 15/95, art. 18, inciso I, da Lei Complementar nº 06/91; arts. 1º, inciso I, e 29 da Lei nº 2.423/96; e, art. 5º, inciso I, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM) e no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, tendo discutido a matéria nestes autos, e acolhido, **por maioria**, o voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em parcial consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal:

- 10.1. **Emite Parecer Prévio recomendando à Câmara Municipal a aprovação** das Contas da Prefeitura do Município de Apuí, relativas ao exercício de 2020, de responsabilidade do **Sr. Antonio Roque Longo** – Prefeito do Município de Apuí, conforme fundamentado no Relatório e Voto, em observância ao art. 71, I, da Constituição Federal e do art. 40, inciso I, e art. 127, cabeça e parágrafos segundo e quarto, da Constituição do Estado do Amazonas.

Vencido o voto-destaque do Conselheiro Convocado Alípio Reis Firmo Filho no sentido de instaurar Tomada de Contas Especial (TCE), para apuração e responsabilização atinentes às impropriedades das Contas de Gestão mencionadas no laudo da DICOP e da DICAMI.



**PARECER PRÉVIO Nº 4/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**

- 11- **Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.  
12- **Data da Sessão:** 31 de Janeiro de 2023.  
13- **Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).  
14- **Representante do Ministério Público de Contas:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**ARI JORGE MOUTINHO DA COSTA JÚNIOR**  
Conselheiro

**JOSUÉ CLÁUDIO DE SOUZA NETO**  
Conselheiro

**ALÍPIO REIS FIRMO FILHO**  
Conselheiro-Convocado

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral



**ACÓRDÃO Nº 4/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

- 1- **Processo TCE - AM nº 11574/2021.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Prefeitura Municipal de Apuí.
- 4- **Exercício:** 2020.
- 5- **Responsável:** Sr. Antonio Roque Longo - Prefeito Municipal de Apuí
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICREA, DICOP E DICAMI.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 8136/2022-MPC-EFC, da Dra. Evelyn Freire de Carvalho, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Luis Fabian Pereira Barbosa.

**EMENTA:** Prestação de Contas Anual. Prefeitura Municipal de Apuí. Exercício de 2020.

Encaminhamento. Determinação. Recomendação. Ciência.

**10- ACÓRDÃO:**

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, III, “a” item 1, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, **por maioria**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, que passa a ser parte integrante do Parecer Prévio, **em consonância** com o pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Encaminhar**, após a sua devida publicação, este Parecer Prévio, acompanhado do Voto e de cópia integral deste Processo à Câmara Municipal de Apuí, para que ela, exercendo a competência que lhe é fixada pelo art. 127 e parágrafos, da Constituição do Estado do Amazonas, realize o julgamento das referidas contas, observando, sobretudo, o seguinte (parágrafos quinto, sexto e sétimo do art. 127, da Constituição do Estado):

O julgamento das Contas da Prefeitura Municipal pela Câmara de Vereadores se dará no prazo de sessenta dias, após a publicação no Diário Oficial do Estado do parecer prévio emitido pelo Tribunal de Contas do Estado ou, estando a Câmara em recesso, até o sexagésimo dia do início da sessão legislativa seguinte.

Decorrido o prazo estabelecido no parágrafo anterior sem deliberação pela Câmara Municipal, as contas juntamente com o parecer do Tribunal serão incluídas na ordem do dia, sobrestando-se a deliberação quanto aos demais assuntos, para que ultime a votação.



**ACÓRDÃO Nº 4/2023 – TCE – TRIBUNAL PLENO**  
**(parte integrante do Parecer Prévio nº 4/2023 – TCE – Tribunal Pleno)**

O parecer prévio, emitido pelo Tribunal de Contas do Estado sobre as contas que o Prefeito deve anualmente prestar, só deixará de prevalecer por decisão de dois terços dos membros da Câmara Municipal.

- 10.2. Determinar** à Secretaria de Controle Externo que, examinando as impropriedades classificadas como atos de gestão pela DICAMI, em atenção à competência prevista no art. 73-A, da Lei Complementar nº 101/2000, adote as providências cabíveis à autuação de processo apartado, para devida apuração, neste Tribunal de Contas;
- 10.3. Recomendar** a Prefeitura Municipal de Apuí que observe com rigor o disposto no art. 94 da Lei n.º 4.320/64, no que pertine ao patrimônio do poder executivo;
- 10.4. Recomendar** a Prefeitura Municipal de Apuí que adote um modo de controle eficiente do seu almoxarifado, em atenção ao que prescreve a Lei n.º 4.320/1964 quanto a matéria;
- 10.5. Dar ciência** ao **Sr. Antonio Roque Longo**, sobre o decisório prolatado nestes autos.
- 11- Ata:** 1ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.
- 12- Data da Sessão:** 31 de Janeiro de 2023.
- 13- Especificação do quorum:** Conselheiros: Érico Xavier Desterro e Silva (Presidente não votou), Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Josué Cláudio de Souza Neto, Luis Fabian Pereira Barbosa e Alípio Reis Firmo Filho (Convocado).
- 14- Representante do Ministério Público:** Dra. Fernanda Cantanhede Veiga Mendonça, Procuradora-Geral.

**ÉRICO XAVIER DESTERRO E SILVA**  
Conselheiro-Presidente

**LUIS FABIAN PEREIRA BARBOSA**  
Conselheiro Relator

**FERNANDA CANTANHEDE VEIGA MENDONÇA**  
Procuradora-Geral